

FEMINISMO NEGRO E INTERSECCIONALIDADE EM “PRECISAMOS DE NOVOS NOMES (2014)”, DE NOVIOLET BULAWAYO

BLACK FEMINISM AND INTERSECTIONALITY IN “WE NEED NEW NAMES (2014)”, OF NOVIOLET BULAWAYO

Gabriela Reis¹

Waldimiro Maximino Tavares César²

Elis Regina Fernandes Alves³

RESUMO

Analisa-se a obra *Precisamos de novos nomes*, de NoViolet Bulawayo, publicada em 2014, focando a interpelação e os conflitos sofridos pelas personagens negras femininas e periféricas no romance. Voltada ao movimento feminista negro e à trajetória histórica da mulher negra na sociedade, esta análise utilizou aporte teóricos de: Davis (2016), hooks (2014; 2019). Quanto à interseccionalidade, como meio de articular a interação do racismo e do patriarcado, em geral, foram utilizadas obras das teóricas Collins e Bilge (2020), Crenshaw (1991), Vergès (2020). A análise revelou que as personagens Darling, Chipó e Fostalina, mulheres negras e pobres, são vítimas de interpelações como o racismo, a objetificação e a pobreza.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo negro. Interseccionalidade. NoViolet Bulawayo.

ABSTRACT

It analyzed the work *We need new names* by NoViolet Bulawayo, published in 2014, focusing on the interpellation and conflicts suffered by the peripheral black female characters in the novel. Focusing on the black feminist movement and the historical path of the black woman in the society, this analysis used a theoretical approach based on: Davis (2016), hooks (2014; 2019). About intersectionality, as a way of articulating the interaction of racism and patriarchy in general, they used the works of Collins and Bilge (2020), Crenshaw (1991), Vergès (2020). The analysis revealed the characters Darling, Chipó and Fostalina, black poor women, are victims of interpellations such as racism, objectification, and poverty.

KEYWORDS: Black Feminism. Intersectionality. NoViolet Bulawayo.

¹ Discente de mestrado no Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Amazonas (PPGL/UFAM). Graduada em Letras pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

² Professor do Ensino Fundamental e Médio da Secretaria de Educação e Desporto do Estado do Amazonas (SEDUC/AM). Graduado em Letras/Língua e Literatura Portuguesa pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Especialista em Educação Profissional Tecnológica (EPT) pelo Instituto Federal do Espírito Santo (IFES).

³ Professora Adjunta da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Doutora em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Mestre em Letras e Graduada em Letras- Língua Inglesa e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

1 INTRODUÇÃO

Por meio das leituras realizadas acerca dos primeiros movimentos feministas, compreende-se que a iniciativa se deu com as mulheres brancas de classe média que lutavam contra o sexismo que as oprimia. Até os séculos XIX e XX, a situação da mulher branca de classe média e alta era de inferiorização intelectual e social em relação aos homens brancos dessas classes. O papel dessa mulher, cada vez mais, passou a ser o de cuidadora do lar, esposa e mãe. Nesse sentido, as mulheres brancas que trabalhavam sofreram com o ideal de feminilidade propagado, já que ser esposa e mãe era visto como modelo ideal. A palavra *mulher* tornou-se sinônimo de mãe e dona de casa, sendo tais termos utilizados para acentuar a inferiorização da mulher, como aponta Beauvoir (2009). Diante disso, inúmeras lutas e movimentos por direitos femininos começaram a tomar força, principalmente na Europa e nos Estados Unidos.

Nesse âmbito, entende-se por movimento feminista a luta das mulheres por direitos igualitários, tendo como foco a busca pela igualdade política, econômica e sexual. O feminismo tem ganhado grandes proporções, principalmente a partir da década de 1970. No entanto, inicialmente seu alcance se limitava ao continente europeu, não abrangendo todas as mulheres. A partir disso, surge o feminismo negro, que dá voz às mulheres não brancas, cuja existência era ignorada no início do movimento (DAVIS, 2016). A partir desse silenciamento sobre a trajetória da mulher negra, observou-se a necessidade de expansão e difusão do feminismo negro, uma vez que ele pensou a situação de racismo sobre as mulheres negras, além do sexismo. Além disso, através da interseccionalidade, compreende-se a necessidade de expor a interpelação que as mulheres negras sofrem de várias formas de exclusão e marginalização, como questões culturais, de raça, classe, orientação sexual, religiosa, entre outras.

Esta pesquisa realiza uma análise bibliográfica, sendo todas as etapas de seu procedimento de caráter qualitativo, já que não visa a levantar dados, mas a analisar uma obra literária, o romance *Precisamos de novos nomes* (2014), de NoViolet Bulawayo. Neste sentido, seu objetivo é exploratório, já que investigará de que maneira a obra em questão apresenta como a protagonista feminina negra, Darling, e outras personagens femininas negras são interpeladas de maneira interseccional, por questões de raça, gênero e classe, principalmente quando Darling se muda para os Estados Unidos. Cumpridas as etapas necessárias para se atingir o objetivo da pesquisa aqui proposto, o trabalho acabará por elencar novos conhecimentos sobre o romance.

Este trabalho traça brevemente a trajetória da mulher negra diante do movimento feminista, como a população branca a via e o quanto isso influenciou as vertentes da crítica feminista e do feminismo negro, que emerge do silenciamento acerca das particularidades da mulher negra. A

pesquisa utiliza as autoras Angela Davis (2016), bell hooks (2014; 2019), entre outras, para a discussão sobre o feminismo negro e a inclusão de mulheres negras e periféricas nos movimentos feministas. E para conceituar e tecer comentários sobre a interseccionalidade, tem-se Kimberlé Crenshaw (1991), Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2020). O romance *Precisamos de novos nomes* (2014), de NoViolet Bulawayo, tem foco narrativo em Darling, uma menina de 10 anos, protagonista que revela as circunstâncias terríveis vividas em seu país, Zimbábue, e depois nos Estados Unidos, para onde migra. Assim, é possível acompanhá-la em sua jornada de questionamentos sobre si e sobre o mundo ao seu redor. A análise deste romance aborda as interpelações que Darling, sua tia Fostalina e outras personagens do romance, como Chipó, sofrem por serem mulheres negras, pobres e migrantes, além de expor a violência que a mulher negra sofre por ser colocada à margem da sociedade.

2 O FEMINISMO NEGRO

As autoras que se destacam como pioneiras na conjectura, estudo e escrita acerca do feminismo negro, nos Estados Unidos, como Angela Davis (2016) e bell hooks(2014; 2019), trilharam caminhos sedimentados na reflexão sobre a mulher negra, juntamente com a constituição de seu contexto histórico e social. Ambas contemplam e entendem a emergência da necessidade de um feminismo abrangente e múltiplo. Por muito tempo, foi propagada a visão sobre as mulheres negras, por parte do contingente social branco, elitista e patriarcal, como sexualmente permissivas, disponíveis e ávidas pelos assaltos sexuais de qualquer homem. Tal designação foi dada à mulher negra no sistema escravagista, enraizando o estereótipo de que as figuras eram sexualmente selvagens e não humanas como meio de justificar os estupros recorrentes sobre as mulheres escravizadas, o que revela a emergência de um feminismo que desvele estes arquétipos.

Davis (2016), em *Mulheres raça e classe*, de 1981, constrói um levantamento histórico sobre a progressão dos movimentos feministas em paralelo com a situação das pessoas negras, enfatizando as mulheres negras como foco de análise nesse contexto. Inicialmente, frisa a exploração à qual mulher negra era submetida durante a época da escravidão negra nos Estados Unidos. O sistema escravagista delimitava o povo negro como “objeto”, sujeito à dominação, animalização e propriedade. As mulheres eram vistas como parte do trabalho lucrativo, desprovidas de gênero. Dessa forma, o ideal de maternidade como símbolo de fragilidade e cuidado não se estendia às escravizadas. Os proprietários as viam como meras reprodutoras, ou seja, apenas como instrumentos que garantiam a ampliação do trabalho escravo “[...] os proprietários buscavam

garantir que suas “reprodutoras” dessem à luz tantas vezes quantas fosse biologicamente possível.” (DAVIS, 2016, p. 27).

Davis (2016) cita as irmãs Angelina e Sarah Grimké, que se tornaram oradoras pela defesa da abolição e estabeleceram, de forma sólida, a relação entre escravidão e a opressão das mulheres, quando evidenciaram o fato de que sua própria opressão encontrava suporte e perpetuação na continuidade do sistema escravagista, não havendo como fazer qualquer tipo de cisão entre a luta pela libertação negra e a pela libertação feminina. Ao passo que as mulheres brancas lutavam para terem os mesmos direitos que os homens brancos, as mulheres negras reivindicavam o reconhecimento de sua existência como pessoas, já que eram categorizadas apenas como objetos sexuais, regularmente suscetíveis ao estupro e à exploração trabalhista.

Para hooks (2019), o feminismo, nos Estados Unidos, nunca teve origem ou ponto de partida nas mulheres que se configuravam como as vítimas mais frequentes da opressão sexista, a saber, pobres e negras tornadas marginais. As reivindicações foram pautadas, de maneira idealizada e excludente, por mulheres brancas de classes média e alta, abrangendo somente os problemas deste grupo em particular, no que é relativo à classe e questões raciais, haja vista que a luta pela igualdade de direitos não era disponível para todas as mulheres. Esse panorama ficou mais explícito quando as sociedades antiescravagistas femininas ignoraram a condição da mulher negra e, algumas vezes, externaram preconceitos racistas. Muitas mulheres, mesmo apoiando a campanha abolicionista, não conseguiam relacionar seus pensamentos antiescravagistas à análise que faziam sobre a opressão da mulher, pois seus ideais só contemplavam mulheres brancas e socialmente canônicas. Davis (2016) afirma que, no interior do movimento de mulheres, em seus primeiros anos, o debate acerca da realidade de população feminina negra era escasso, fato que dava notoriedade à falta de conhecimento (ou preferência por ignorar a desumanidade que compunha o quadro cotidiano das mulheres negras), por parte das líderes do movimento pelos direitos das mulheres, de que as opressões por elas sofridas e anteriormente citadas estavam interligadas de forma sistemática.

Um emblemático momento em que a mulher negra galgou espaço para exercitar sua voz, a fim de expor sua aspiração em ser livre não apenas da opressão racista, mas também da dominação sexista, deu-se quando Sojourner Truth, ex-escravizada, proferiu seu conhecido discurso *Não sou eu uma mulher?*, em 1851, na **Convenção dos Direitos das Mulheres de Ohio**. Além de refutar a tese da mulher ser o “sexo frágil”, já que ela, mulher negra, jamais fora tratada assim, também, confrontou a premissa de que a supremacia masculina é um princípio cristão. Truth partilhou um espírito de luta militante, pois as mulheres negras tiveram participação nos movimentos feministas com a sua oralidade, uma vez que elas não tinham acesso à educação. Além disso, a escrita

acadêmica feminina compartilhada nos movimentos pertencia, na época, às mulheres brancas. Davis (2016) postula que o discurso de Sojourner Truth teve efeitos, em nível de impacto, ainda mais profundos, uma vez que, como figuração, também era uma resposta às atitudes racistas das mesmas mulheres brancas que posteriormente aclamaram sua fala. Truth questionava, afinal, se as mulheres negras não eram mulheres. Ao repetir sua emblemática frase “não sou eu uma mulher?”, ela reafirmava o fato de que não era menos mulher do que as mulheres brancas, evidenciando o viés de classe e o racismo que estabeleciam os contornos estruturais do novo movimento de mulheres. Sua reivindicação não deveria ser vista como menos legítima pelo fato dela ser uma mulher negra e ex-escravizada, já que, como as mulheres brancas, lutava por melhores condições sociais às mulheres, todas elas.

A realidade da população negra pós-escravidão em nada se distanciava dos sofrimentos acometidos na época da escravização, haja vista que a exploração da mão de obra seguia como antes. A pós-escravidão consistia em mulheres negras sendo obrigadas a executar serviços domésticos, caso não trabalhassem no campo. Como nota Davis:

Mais de dois terços das mulheres negras de sua cidade foram forçados a encontrar empregos como cozinheiras, babás, lavadeiras, camareiras, vendedoras ambulantes ou zeladoras e se viram em condições tão ruins, se não piores, do que as do período da escravidão. (2016, p.99).

Por muitos anos, as mulheres negras viveram nas casas onde eram empregadas, trabalhando, por dia, cerca de 14 horas ou mais, sem dias de descanso. O trabalho doméstico era considerado degradante e as mulheres negras eram vistas como ineptas e promíscuas, tendo seu papel e atribuições reduzidos somente a esse fim. Davis (2016) postula que as mulheres brancas – incluindo as feministas – explicitaram nítida relutância no que tange ao reconhecimento das lutas das trabalhadoras domésticas, pois raramente se envolveram na luta para melhorar as condições do serviço doméstico, já que eram as maiores beneficiárias dele, bem como do rebaixamento trabalhista e humano de quem o executava.

bell hooks também investiga a situação das mulheres negras, durante e após a abolição da escravidão negra nos Estados Unidos, conjecturando que, se o movimento feminista buscasse reconhecer as experiências e o sofrimento femininos, seria necessário que a sororidade se fortalecesse nos movimentos. Quando as mulheres negras direcionaram críticas ao racismo enraizado nos movimentos feministas, muitas brancas mostraram-se contrárias à empatia que, até então, era teoricamente defendida por elas e isso acarretou a estratificação do feminismo. Por conta dessa categorização, hooks (2019) aponta que os movimentos feministas contemporâneos devem retomar a ideia da sororidade, conectando raça e classe, pois todas as mulheres brancas sabem que

são privilegiadas em relação às negras/não brancas. Quando as mulheres negras deram início à discussão sobre as questões de raça, muitas brancas as acusaram de desvio de foco do “gênero.” Porém, cessar a negação da diferença racial no movimento contribuiu para que as mulheres enxergassem a expressiva diferença existente entre as condições sócio-históricas entre mulheres brancas e não brancas, em vários níveis.

Por essa razão, as mulheres negras sentiram a emergência de lutar, escrever e falar por si e pela população negra, pois aquele modelo de feminismo que estava sendo propagado até os anos 1970 não lhes dava lugar de inclusão, pois não denunciava sua humilhante realidade. Tomando esse fato como ponto de partida, o feminismo negro surge não somente para contemplar as necessidades das mulheres negras e periféricas, mas também a diversidade de questões políticas, sociais e para expandir e pluralizar os movimentos feministas.

3 O FEMINISMO NEGRO E A INTERSECCIONALIDADE

Visando abordar as diversas situações de subalternização das mulheres às questões que compreendem a interseção entre fatores como raça e classe, nos Estados Unidos, surgiu uma crítica sistematizada sobre os primeiros movimentos feministas, que não objetivaram analisar a questão negra, pois as mulheres brancas de classes média e alta, de ascendência eurocêntrica, perpetuavam o racismo e consentiam em explorar a mão de obra negra. Sobre essa elucubração, “O feminismo é uma urgência no mundo. O feminismo é uma urgência na América Latina. [...] Mas é preciso afirmar que nem todo feminismo liberta, emancipa, acolhe o conjunto de mulheres que carregam tantas dores nas costas.” (ARUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 11).

No âmbito da análise crítica, o feminismo negro pensou na situação das mulheres negras, além do sexismo. Mas, Crenshaw (1991), em seu artigo “*Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra as mulheres de cor*”, usa o conceito de interseccionalidade para denotar as várias maneiras pelas quais raça e gênero interagem para moldar as múltiplas dimensões de exclusão das mulheres negras. Seu objetivo se compõe em:

[...] ilustrar que muitas das experiências que as mulheres negras enfrentam não se resumem aos limites tradicionais de discriminação de raça ou gênero, da forma como esses limites são atualmente compreendidos, e evidenciar que a interseção de racismo e sexismo na vida das mulheres negras ocorre de maneiras que não podem ser capturadas totalmente somente olhando para as dimensões de raça ou gênero dessas experiências separadamente. Eu desenvolvo essas observações aqui explorando as várias maneiras pelas quais raça e gênero se entrecruzam na formação de aspectos estruturais, políticos e

representacionais da violência contra mulheres de cor. (CRENSHAW, 1991, p. 1244, tradução nossa).⁴

Desde então, o termo interseccionalidade, no feminismo, tem se referido à questão negra/não branca com o intuito de abordar discussões acerca das condições estruturais nas quais o racismo e o sexismo, bem como a convergência entre eles, apoiam-se, fortalecendo violências e discriminação sobre as mulheres negras, já que não há como analisar a história da mulher negra separando em dimensões diferentes a questão racial e o gênero.

Crenshaw (1991) divide em três categorias as problemáticas interseccionais sobre mulheres não brancas. A primeira trata da interseccionalidade estrutural que apresenta como a estrutura social e o espaço onde a mulher negra/não branca está inserida transformam sua experiência, como, por exemplo, a violência doméstica e o estupro são vistos, qualitativamente, como diferentes quando ocorrem com a mulher branca. Pelo fato de as mulheres não brancas serem mais impelidas, historicamente, a serem pobres, desempregadas e, muitas vezes, sendo mulheres migrantes que dependem de seus maridos para terem algum *status* legal, tais situações proporcionam a essas mulheres mais vulnerabilidade à violência conjugal e, por fazerem parte da minoria econômica, são continuamente frustradas por sofrerem com os efeitos das subordinações múltiplas que as afetam.

A segunda remete à interseccionalidade política, que analisa como as políticas feminista e antirracista, muitas vezes, ajudaram a marginalizar a questão da violência contra as mulheres não brancas. É a ideia de que os discursos antirracistas e feministas falham em contemplar mulheres negras, pois politicamente, a categoria “negro” versa sobre o homem negro, e a categoria “mulher” versa sobre a mulher branca. Dessa forma, a mulher negra é colocada num limbo, e os discursos sobre ela não são expandidos em categorias políticas de luta. Politicamente, então, o termo “feminismo” reforça a questão racista, excluindo mulheres negras de seu debate e o termo “antirracismo”, ao não focar no patriarcalismo, valida apenas aquilo que os homens negros enfrentam.

Já a última categoria, para Crenshaw (1991), é a interseccionalidade representacional, que trata da construção cultural de mulheres não brancas, focada no modo como a produção de imagens não brancas e as contestações sobre essas imagens tendem a ignorar os interesses interseccionais das mulheres não brancas. Crenshaw (1991) acredita que tais imagens, difundidas

⁴ [...] to illustrate that many of the experiences Black women face are not summed within the traditional boundaries of race or gender discrimination as these boundaries are currently understood, and that the intersection of racism and sexism factors into Black women’s lives in ways that cannot be captured wholly by looking at the race or gender dimensions of those experiences separately. I build on those observation here by exploring the various ways in which race and gender intersect in shaping structural, political, and representational aspects of violence against women of color.

no imaginário popular, como a construção imagética da mulher negra como sensual, sexualmente ativa e disponível, reforçam a subordinação sexual das mulheres negras, cujo estupro, por exemplo, é menos chocante do que o estupro de mulheres brancas.

Através das divisões feitas por Crenshaw (1991), é plausível compreender que a interseccionalidade reconhece a percepção de que o pertencimento a um grupo (ou a falta dele) pode tornar as mulheres não brancas vulneráveis a diversas formas de preconceito. No entanto, como simultaneamente pertencem a muitos grupos, suas identidades complexas podem moldar as maneiras específicas de como lidar com esse preconceito.

Em vez de enxergar, de modo investigativo, as pessoas como uma massa homogênea, a interseccionalidade fornece estruturas para explicar como categorias de raça, classe e gênero, idade, estatuto de cidadania, dentre outros aspectos, posicionam as pessoas de maneira diferente no mundo. As acadêmicas feministas, por exemplo, que estudam o pós-colonialismo, encontram na interseccionalidade relevantes aportes teóricos que lhes permitem avaliar e refletir sobre as realidades colonial e pós-colonial das mulheres. As pesquisas que são frutos dos seus estudos destacam as experiências de mulheres, pessoas negras e latinas, pobres e outros grupos que, por tanto tempo, foram negligenciados em estudos existentes.

Dessa forma, a interseccionalidade atua como instrumento de abordagem para fins de compreensão da vida e do comportamento humano, por meio das experiências e das lutas de pessoas que, em uma longa linha de tempo, foram tolhidas de seus direitos, além de cumprir a função de elo entre suportes teóricos e a prática, auxiliando no empoderamento de comunidades e indivíduos. Atualmente, há muitas abordagens interseccionais diferentes, cada qual adaptada a perguntas, histórias e caminhos específicos do campo em questão. Para Collins e Bilge (2020), cada espaço acadêmico abrange diferentes aspectos da interseccionalidade em relação às suas preocupações específicas, ou seja, teoria e ação estão intimamente ligadas, moldando uma à outra. Na esfera dos estudos interseccionais brasileiros, Carla Akotirene (2019) aponta que a interseccionalidade, além de teoria, deve constituir-se como método de análise e entendimento das exclusões múltiplas e entrecruzadas das mulheres não brancas.

Tendo como elemento focal as abordagens que configuram o papel social da mulher não branca, Vergès (2020) propôs um feminismo decolonial radicalmente antirracista, anticapitalista e anti-imperialista, como afirma:

Um feminismo à escuta dos combates das mulheres mais exploradas, das empregadas domésticas, das profissionais do sexo, das queer, das trans, das migrantes, das refugiadas e daquelas para quem o termo “mulher” designa uma posição social e política, não estritamente biológica. Um feminismo, não o feminismo, e, portanto, aberto a

questionamentos, à possibilidade de rever suas análises, que não busca o reconhecimento das instituições, mas que se ancora nas lutas, com suas perdas e alegrias (2020, p.13-14).

A premissa de um feminismo decolonial agrega a necessidade de não fragmentar as opressões sobre as mulheres subalternizadas. Ao criar cisões entre as opressões, os movimentos negros, as feministas, as feministas negras, as latinas, as lésbicas, etc., se enfraquecem, pois não se pode esquecer que todas as mulheres de todas as nacionalidades e todas as etnias são vítimas de opressão em termos raciais, sexuais e econômicos, em alguma medida, mas não da mesma forma. Quando se fala de sexismo e de racismo, não é possível dissociar a ideia das desigualdades sociais da distribuição injusta de riquezas no mundo. É por meio do sistema capitalista que surgem tais desigualdades, que afetam as mulheres negras e em situação diaspórica de modo bastante particular. Obviamente, o capitalismo prioriza a voz e amplia o campo de ação dos sujeitos que compõem esse mundo constituído de privilégios socioeconômicos. Desse modo, surge a necessidade de questionar o lugar de fala desses sujeitos.

Por essa gama de elementos, como as mulheres pobres, trans ou negras pertencem a contextos específicos e vivenciam experiências peculiares atreladas às diversas características que as delinham, em nível de figuração social, bem como dos processos discriminatórios aos quais estão constantemente sujeitas, não há como efetuar qualquer tentativa de universalização teórica ou analítica no que concerne à opressão, segregação e exclusão dessas mulheres. Por essa razão, as ativistas do movimento de política decolonial, na esfera do estudo e da denúncia, quando tratam do estupro, como também do feminicídio, vinculam-lhes, também, ao enfrentamento à normalização dessas práticas. Porém, segundo Vergès (2020), essa postura não configura, necessariamente, uma nova onda, geração ou modo de abordagem dessa problemática. Trata da nova etapa de um processo de decolonização, resultante de uma antiga e urgente necessidade de desconstrução histórica.

4 “PRECISAMOS DE NOVOS NOMES” PELO VIÉS DO FEMINISMO NEGRO E DA INTERSECCIONALIDADE

O início do romance apresenta seis crianças famintas roubando goiabas no bairro Budapeste, de classe média, em alguma cidade não nomeada do Zimbábue. Ao retornarem para casa, no bairro Paraíso, ironicamente composto de barracos construídos com papelão e zinco, as crianças compartilham seus sonhos e suas expectativas de deixar o bairro onde moram e reconstruir a vida em outro lugar. Muitos almejam morar em Budapeste, pois compreendem que, uma vez morando ali, não teriam mais a necessidade de roubarem goiabas. Em se tratando de um país

africano, colonizado/invadido por populações brancas, o racismo é a marca da desigualdade social e a divisão entre os dois bairros evidencia isso.

O romance de formação seguirá a vida de Darling, protagonista que, diferente de seus amigos, não almeja apenas mudar de bairro, mas de país: “Eu vou para a América morar com a minha tia Fostalina, não vai demorar muito, vocês vão ver [...]” (BULAWAYO, 2014, p. 19). Darling tenta viver a sua infância com certa alegria ainda que seja consciente da diferença entre sua vida e a dos brancos que moram no bairro Budapeste. Seu sonho de vida se resume em ir para a América, onde acredita que não sentirá mais fome e que sua vida será confortável e feliz.

As crianças são forçadas a amadurecer nesse cenário de miséria, entre elas, Chipó, uma menina de onze anos, está grávida, vítima da violência sexual cometida pelo próprio avô. Chipó havia ficado emudecida após o estupro, numa simbologia do silenciamento feminino causado pela violência: “Ela vai ter o bebê um dia, respondo, falando pela Chipó, porque ela não fala mais. Ela não é muda-muda; foi só a barriga começar a aparecer que parou de falar.” (BULAWAYO, 2014, p. 8). Somente após ver uma encenação de uma relação sexual é que Chipó consegue revelar o que lhe acontecera:

Esta é a primeira vez em muito tempo que a Chipó fala [...] Ele fez isso, o meu avô, eu estava voltando para casa depois de brincar de Encontrar Bin Laden e a minha avó não estava lá e o meu avô estava e ele subiu em mim e me prendeu assim e ele fechou a mão sobre a minha boca e era pesado como uma montanha [...] Fico olhando para ela e ela tem uma expressão que nunca vi antes, uma expressão de dor espalhada por todo o rosto. (BULAWAYO, 2014, p. 42).

Ela traz em si a marca da violência que configura essa sociedade marginalizada. Chipó, então, é a representação de tantas meninas que foram violentadas por seus próprios familiares, evidenciando as opressões interseccionais que recaem sobre mulheres negras: o racismo, a violência sexual, a pobreza. Os países que foram colonizados e explorados, como é o caso do Zimbábue, sofrem pelos efeitos da usurpação europeia, a saber: a pobreza, a miséria, o desemprego, uma economia instável, a desigualdade social e, como consequência disso, as pessoas mais pobres são mais vítimas de injustiças sociais. No caso das mulheres, tudo isso se alia a uma cultura bastante patriarcal, que fortalece a ideia da inferioridade e objetificação femininas, como explica o feminismo decolonial. Como consequência, as mulheres são mais vítimas de violências domésticas e estupros, que acabam sendo ações naturalizadas, raramente punidas, pouco levadas a sério pela polícia ou legisladores do país. Ao pensar sobre tais mulheres, o feminismo negro se alia à ideia da interseccionalidade e do decolonialismo para explicar a maior marginalização das mulheres negras.

É curioso que o episódio que leva Chipo a conseguir falar sobre o estupro é outro estupro, ocorrendo dentro da igreja local. Ali, o pastor tenta, supostamente, exorcizar o demônio de uma fiel:

A mulher bonita continua gritando para os filhos da puta pararem, mas os filhos da puta continuam fazendo isso que eles estão fazendo. Tento encontrar o olhar dela, para que ela veja que não estou me juntando às atividades, que estou do seu lado, mas ela está ocupada demais chutando e gritando para me ver. [...] O Profeta Revelations Bitchington Mborro reza pela mulher desse jeito, deitado em cima dela e chamando Jesus e gritando versículos da Bíblia. Coloca as mãos na barriga dela, nas suas coxas, em seguida coloca as mãos naquele lugar dela e começa a esfregar, rezando muito, como se houvesse algo de errado ali. (BULAWAYO, 2014, p. 42)

Chipo, embora criança, parece entender que haja algo de estranho no que o pastor faz e tenta ter sororidade com a mulher desconhecida. Mas, nada pode fazer. Nem sequer tem permissão para falar na igreja. Ainda criança, essas meninas aprendem o papel de subalternização dos corpos femininos.

A primeira parte do romance contém a interpretação do título, os personagens são nomeados, em sua maioria, por apelidos, como Bastard, Godknows, Mother of Bones, Bornfree, entre outros, mas é no sexto capítulo que entendemos a necessidade de novos nomes: “Hoje vamos nos livrar da barriga da Chipo de uma vez por todas. Em primeiro lugar, fica difícil brincar e, em segundo, se deixármos ela ter o bebê, ela vai simplesmente morrer (BULAWAYO, 2014, p. 73).” Mas para que nada dê errado nessa tentativa de salvar Chipo, Darling e Sbho associam a ideia de ter novos nomes, pois de acordo com Sbho, nos programas televisivos dos Estados Unidos, os médicos do *Plantão médico* têm nomes diferentes dos delas. “Eu sou o Dr. Bullet, ela é linda, e você é o Dr. Roz, ele é alto, diz Shbo, acenando para mim” (p. 76). Essa tentativa de mudar suas identidades ou de se transformarem em personagens de televisão é um ato de assimilação cultural, pois elas acham que só sendo outras pessoas, no caso, norte-americanos, com outras identidades, é que teriam valor e conseguiriam realizar algo.

Mas a ideia aqui é como o episódio da tentativa de aborto da Chipo mostra como todos ali, Chipo, Darling e Sbho, são dissuadidas a fazer isso, já que a mulher estuprada, menina, no caso, é, ainda, obrigada a manter a gravidez e ter o filho de seu estuprador, pois a cultura, nesse aspecto, naturaliza o estupro:

A MotherLove se abaixa para pegar o cabide. Seu vestido varre a terra e traça linhas. O que é isto? ela pergunta, olhando para a Chipo, que continua chorando. MotherLove se vira para a Sbho. [...]

Estava apenas — nós apenas tentávamos tirar a barriga da Chipó, diz Forgiveness, olhando para o ntsaro⁵. Então ela começa a chorar. A Chipó levanta a voz e começa a chorar mais alto.

A MotherLove balança a cabeça e então seu corpo se abaixa, como se ela fosse um saco caindo. Mas ela não está com raiva. Não grita. Não dá nenhum tapa nem pega ninguém pelas orelhas. Ela não diz que vai matar a gente nem contar para a nossa mãe. Olho para o seu rosto e vejo o rosto terrível de alguém que nunca vi antes, e no rosto dessa estranha tem uma expressão de dor, uma expressão que os adultos têm quando alguém morre. Tem lágrimas nos seus olhos e ela está abraçando o próprio peito como se estivesse pegando fogo lá dentro. (BULAWAYO, 2014, p. 78)

Embora não haja violência direta no impedimento do aborto de Chipó, fica evidente que MotherLove, a vizinha que flagra as meninas com o cabide junto ao corpo deitado de Chipó, consegue impedi-las de realizar o ato. Religiosa, MotherLove apela a Deus e a Jesus ao julgar a ação das meninas. Porém, a ação de MotherLove pode ser interpretada de maneira dúbia: ao impedir o estupro, impede a provável morte de Chipó, já que o cabide enferrujado provavelmente mataria a menina. O choro de MotherLove, porém, parece de tristeza pela situação da menina, não de raiva pela ideia de o aborto ser algo criminoso. O próprio uso do cabide é simbólico, já que durante muito tempo foi (e ainda é, como o romance retrata) a única maneira encontrada para o aborto, impedido por lei para mulheres que não desejam manter a gravidez, mesmo em casos de estupro, como ocorre em muitos países.

No capítulo que introduz a segunda parte do romance, já nos Estados Unidos com a tia, Darling lembra de forma nostálgica de seu país e dos seus amigos:

Se estivesse em casa eu sei que não ficaria sem sair porque uma coisa chamada neve estava me impedindo de ir lá fora viver a vida. Talvez eu e a Sbhó e o Bastard e a Chipó e o Godknows e o Stina estaríamos em Budapeste, roubando goiabas. Ou estaríamos brincando de Encontrar Bin Laden ou do jogo dos países ou de queimada. Mas por outro lado não teríamos comida suficiente, e é por isso que vou tolerar ficar na América (BULAWAYO, 2014, p.138).

Esse é o primeiro momento de inadequação que toma conta de Darling, pois há a falta de identificação, além de ter uma estranheza entre os costumes dos norte-americanos. Os tios de Darling são obrigados a mudar de cidade e a dificuldade de adaptação torna-se ainda pior, pois Darling passa a sofrer *bullying* e é inferiorizada pelas outras crianças:

Quando cheguei a Washington, queria morrer. As outras crianças implicavam comigo por causa do meu nome, do meu sotaque, do meu cabelo, do jeito que eu conversava ou dizia coisas, do jeito que eu me vestia, do jeito que eu ria. Quando implicam com você por causa de alguma coisa, primeiro você tenta consertar essa coisa para que as implicâncias parem, mas aquelas crianças malucas implicavam comigo por tudo, até

⁵ “A word meaning something like a wrapping cloth”, ou seja, uma palavra que significa algo como “um pano de embrulho”. Disponível em: <https://www.gradesaver.com/we-need-new-names/study-guide/glossary-of-terms#ntsaro> Online, 2023.

mesmo as coisas que eu não tinha como mudar, e isso continuou acontecendo e continuou acontecendo até que no fim simplesmente tudo parecia errado dentro da minha pele, do meu corpo, das minhas roupas, da minha língua, da minha cabeça (BULAWAYO, 2014, p. 149).

A passagem citada apresenta o sentimento de inadequação que faz com que Darling deseje ser diferente do que realmente é. Seus conflitos internos se agravam por esse sofrimento, que surge por consequência dos estereótipos que lhe atrelam, isso acaba contribuindo para a fragmentação de sua identidade, pois ela está inserida em um país outro, que influencia na produção de imagens que se criam dela. As mulheres negras são interpeladas por uma série de pré-julgamentos. Darling, sendo africana, é ainda mais interpelada, mesmo por outras meninas negras nos EUA, pois se ser mulher e negra nos Estados Unidos já é negativo, ser africana é ainda mais, já que ela se torna um ser exótico, menos bem arrumada, menos bem vestida, menos adequada do que as outras meninas negras. As próprias meninas negras praticam esse *bullying*, porque, por serem mulheres negras, sofrem estereotipação e preconceito, assim sentem alívio quando encontram alguém visto ainda como “pior”.

Apesar da opressão vivida cotidianamente, Darling não encontra apoio na família. Sua tia Fostalina trabalha em uma casa de repouso e em um hospital e, em seus momentos de folga, dedica-se inteiramente à tentativa de obter a melhor forma física, com o auxílio dos exercícios físicos que passam na TV. Darling observa sua tia com certo espanto, pois mesmo ela sendo magra, ela deseja emagrecer ainda mais, para manter um padrão físico que é o modelo norte-americano.

O que você está fazendo consigo mesma, Fostalina, exatamente o quê, de verdade? Chute. E soque. E chute. E soque. Olhe para você, ossos, ossos, ossos. Só ossos. E pra quê? Elas não são nem mesmo africanas, essas mulheres que você está copiando, isso não deveria te dizer alguma coisa? Três-quatro-cinco-seis, e chute. E soque. Não há realmente nada de africano numa mulher sem coxas, sem quadris, sem barriga, sem traseiro. (BULAWAYO, 2014, p. 149).

As mulheres, de modo geral, são vítimas dessa interpelação de ideais estéticos, pela imposição de um padrão de beleza. No caso da tia Fostalina, ela sofria duplamente isso, de forma interseccional, pois em países africanos, o modelo ideal de corpo feminino é aquele com curvas, menos magro, mais realista e lá, ela era vista como uma bela mulher. Provavelmente, ao chegar nos EUA, tenha se visto como inadequada, feia, pois além de africana e negra, ainda era vista como não magra. Tia Fostalina não pode mudar sua raça e sua cor, então tenta se adequar ao padrão corporal para, minimamente, ser menos interpelada e apontada por suas inadequações. Porém, a fala citada é dita pelo novo marido, Kojo, e isso reflete ainda mais as interpelações interseccionais sofridas por mulheres negras: são cobradas para serem esteticamente belas em termos sociais e por

seus parceiros. A quem agradar? Fostalina decide agradar à sua nova sociedade, pois depende dela para viver, e não do marido.

Darling constantemente lembra de seu país e de seus amigos, mas alimenta dentro de si a certeza que talvez não haja para onde retornar. Assim que ela chegou aos Estados Unidos, ela escrevia aos seus amigos, porém não revelava a verdadeira face da América diante de seus olhos. A migração de Darling para os Estados Unidos traça dentro dela a sensação de deslocamento, que causa uma destruição do seu eu. Ela e sua tia são a figuração daqueles que pertencem ao grupo dos marginalizados e dos subordinados e, por serem mulheres, sofrem duplamente quando migram.

O romance expõe a realidade de uma sociedade marginalizada pelo olhar infantil, mas sem idealizações. O relato das condições sociais no Zimbábue é cruel e pungente, principalmente na figuração da violência sexual que comumente assalta meninas e mulheres em situação de pobreza. As mulheres negras não são julgadas pelo que fazem, mas por aquilo que são. Não há final feliz para Darling, Fostalina e Chipó. Darling e Fostalina precisa assimilar a cultura norte-americana para sobreviverem aos preconceitos por serem negras, africanas, mulheres e pobres. Chipó é obrigada a ter o filho de seu estuprador, seu avô, e continua no Zimbábue, sem perspectivas de melhorias sociais ou econômicas. Apesar disso, o romance tenta dar voz a essas personagens femininas, evidenciando sua possibilidade de percepção de suas próprias situações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho propôs analisar a obra *Precisamos de novos nomes*, publicada em 2014, de NoViolet Bulawayo, sob o viés das figuras femininas, como a protagonista Darling, sua amiga Chipó e sua tia Fostalina. Teve como objetivo apresentar como as personagens são interpeladas de maneira interseccional, por questões raciais, de gênero e de classe.

Esta pesquisa revelou que a protagonista Darling é uma personagem que migrou para os Estados Unidos não por interesse pessoal intrínseco, mas para fugir da pobreza, já que o Paraíso, o amontoado de zinco onde morava, refletia a baixa condição econômica e social do Zimbábue. Quanto às outras personagens femininas, como Chipó e tia Fostalina, ambas são representações da mulher negra que estão inseridas em diferentes locais e, por isso, sofrem diferentes opressões interseccionais. Chipó foi violentada pelo próprio avô, refletindo o quanto isso configura uma interseccionalidade silenciosa, já que é naturalizado culturalmente, já a personagem Fostalina é a representação do quanto o meio em que ela vive a interpela em sua identidade. Sua necessidade de alcançar o padrão de beleza estabelecido no país onde mora só mostra seu desejo em fazer parte daquele espaço e ser aceita pelos norte-americanos.

Sendo um romance de formação, temos a ideia de que, em *Darling*, há a voz de uma criança, uma menina negra, que, apesar de tão jovem, reflete questões comuns em sociedades contemporâneas, como a exploração decorrente da colonização, do racismo, da pobreza e da diáspora forçada para países brancos e racistas. *Darling* é um microcosmo da situação de tantas mulheres negras tornadas periféricas em países explorados, afetadas pelo racismo, pelo sexismo, por questões culturais e pela necessidade de forjar uma nova identidade para garantir a própria sobrevivência.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. Trad. Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. Trad. Sérgio Millet. - 2.ed. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BULAWAYO, NoViolet. **Precisamos de Novos Nomes**. Trad. Adriana Lisboa. São Paulo: Biblioteca Azul, 2014.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Trad. Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2020.

CRENSHAW, Kimberle. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, vol. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

hooks, Bell. **Não sou eu uma mulher?** Mulheres negras e feminismo. Trad. Plataforma Gueto, Rio de Janeiro, 2014.

hooks, Bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Trad. Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

Enviado em: 13/04/2023

Aceito em: 02/06/2023